



## Por um 8 de Março em defesa das reivindicações históricas das mulheres trabalhadoras e pelo fim da sociedade de classes, fonte de toda opressão

O 8 de março, cuja origem remonta a luta das mulheres no início do século XX, é um marco da organização das operárias, por um movimento reivindicatório e, portanto, em oposição à burguesia e ao Estado. A repressão às marchas de centenas de milhares de mulheres, em protesto por melhor salário, melhores condições de trabalho e de vida, e pelo direito ao voto, é uma das marcas históricas dessa luta, tanto quanto o sangue derramado de 146 operárias e operários, em 1911, mortas em um incêndio em uma fábrica em Nova York, ou as milhares de mulheres, trabalhadoras, que protestaram em 08 de março de 1917, contra a fome a Primeira Guerra Mundial. Essas marcas, cravadas a fogo na luta de classe internacional, registraram um passado e devem escrever o nosso presente, já que, após mais de cem anos, a condição da mulher trabalhadora se deteriora cada vez mais. A dívida insolvente do capitalismo com as mulheres se avoluma, nas curvas ascendentes das estatísticas frias da violência, da miséria, da fome. Estatísticas que expõem o grito surdo de milhões violadas, mutiladas, e que tombaram nas covas, a meio palmo da opressão e exploração de classe, de um sistema produtivo bárbaro e em decadência.

No mundo, uma em cada quatro mulheres jovens – de 15 a 24 anos – sofreu algum tipo de violência, apontam os dados da OMS, de 2000 a 2018. Os principais agentes da agressão: parceiros ou outro familiar. De todas as mulheres abusadas sexualmente, independentemente da idade, apenas 6% o foram por pessoas desconhecidas. Os países mais pobres concentram os maiores valores absolutos e relativos da violência. Apenas em 2021, 45 mil mulheres ou meninas foram mortas, por seus parceiros ou por outro familiar, segundo a ONU. Esse número equivale a 56% do total de mulheres assassinadas nesse ano. As regiões onde mais se concentrou o número de assassinatos de mulheres, por companheiros ou parentes, novamente foram os países mais pobres, em particular na África e na Ásia. A ocorrência de aborto em escala mundial soma 55 milhões, entre 2010 e 2014. Destes, 45% de forma insegura. Assim, mais uma vez, África, Ásia e América Latina concentram 97% dos abortos irregulares – dados da OMS. Segundo relatório da OIT, publicado em setembro de 2022, as mulheres ganham em média 20% a menos, comparado aos homens, na execução da mesma função. Ainda segundo a OIT, em seus dados de 2018, 48,5% das mulheres compõe a força de trabalho mundial, enquanto a taxa masculina é de 75%, o que demonstra que o desemprego tem impacto maior entre as mulheres.

A realidade brasileira reflete as tendências mundiais da violência à mulher, assumindo a quinta colocação do chamado “feminicídio”, como tipifica a legislação. Em 2022, foram 18,1 milhões de mulheres agredidas. Somente no primeiro

**Partido Proletário Revolucionário Internacionalista**

semestre, foram 699 mulheres assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Em média, 4 mortes por dia, perfazendo o maior número já registrado. Segundo o ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em 2022, cerca de 70% das mulheres assassinadas, por seus companheiros ou ex-companheiros, nunca passaram pela rede de proteção governamental. Segundo o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública – cujos dados de 2021 foram comparados com os de 2020 –, a violência à mulher somou 230,8 mil agressões por violência doméstica (aumento de 0,6%); 597,6 mil ameaças (aumento de 3,3%); 619,3 mil chamadas ao 190 (aumento de 4%); 370,2 mil medidas protetivas de urgência concedidas (aumento de 13%); 66.020 estupros (aumento de 4,2%), sendo que 75,5% das vítimas eram vulneráveis, em que 61,3% tinham menos de 13 anos de idade, e, em 79,6% dos casos, o autor do estupro era conhecido da vítima. Os casos de assédio somaram 4,9 mil (aumento de 2,3%), e importunação sexual 19,2 mil (aumento de 9%). Foram 1.341 mulheres assassinadas, sendo que 65,6% ocorreram dentro de casa. Desses mulheres, 62% eram negras e, em 81,7% dos casos, o crime foi executado por companheiros ou ex-companheiros.

Uma análise estatística mais crua dos dados acima permite concluir que a violência à mulher tem aumentado, mundialmente. O assassinato de mulheres, pelo que se tipifica como feminicídio, já se apresenta como a principal causa de morte. A permanente condenação do aborto não impede a sua realização, mas se impõe como navalha às milhões que recorrem a procedimentos abortivos inseguros. Os óbitos maternos, em função disso, variam em ritmos crescentes, imitando o próprio crescimento do número de abortos em si. A camada social mais atingida pela violência é a mulher pobre, fato que explica a concentração dos casos de agressão, estupro, homicídio e aborto ser nos países pobres. A atual desigualdade salarial feminina demarca a continuidade, há quase trezentos anos, da reincorporação da mulher às forças produtivas em condições inferiores, comparadas às do homem. Tal fato corrobora para a igualmente contínua violência, uma vez que há uma relação diretamente proporcional entre esta e a condição econômica. O principal agressor é membro da família, em caráter duradouro ou circunstancial. Assim sendo, as desigualdades salariais se processam no interior das relações familiares, submetidas, portanto, às questões de sustento dos integrantes da família. No Brasil, a particularidade histórica escravista determinou a convergência da pobreza e a marginalização da população negra. Em decorrência disso, o setor social feminino sobre o qual incide majoritariamente a violência é a mulher negra. Ademais, as tendências mundiais da opressão à mulher refatam na realidade brasileira.

Percebe-se que os laços econômicos são fundamentais para se entenderem as causas da opressão à mulher, uma condição que perpassa todas as sociedades de classe, e que no capitalismo assume formas particulares, a começar pela reincorporação da mulher às forças sociais produtivas, mas o fazendo sem, contudo, abolir sua condição de escrava do lar, na medida em que o Estado burguês não assume as tarefas domésticas, por meio de lavanderias e restaurantes coletivos, além de creches em número para atendimento universal, como parte da seguridade à maternidade. Mantendo-se presa ao lar, sua reincorporação se apresenta limitada, como contribuidora menor ao quantum necessário à manutenção e reprodução da força de trabalho humana. O maior provedor – e em muitos casos o único – do sustento familiar continuou sendo o homem, fato que se reforça nos países mais atrasados. A dependência financeira a subjuga. O retorno à condição de força social produtiva e a permanência da obrigação com as tarefas domésticas são os elementos da contradição interna do problema feminino na sociedade capitalista. A prevalência como fator determinante desta àquele escrevem o destino da mulher, por guardar consigo as raízes da opressão como expressão de relações de propriedade dos meios de subsistência, hoje manifestadas no salário e demais condições de trabalho mais rebaixadas que as dos homens. A permanência das obrigações do lar e a subordinação à família – comuns aos demais modos de produção que fundamentam as sociedades de classe – no seio das relações capitalistas de produção, elevou a opressão à mulher a patamares possivelmente jamais vistos. A combinação do trabalho na produção social com o trabalho no lar condicionou a mulher proletarizada às múltiplas jornadas; e o crescente rebaixamento geral do valor da força de trabalho forçou o aumento da dependência ao homem e à família de modo geral, para garantir o sustento de si e dos filhos. O que, consequentemente, intensificou a imposição das garantias da paternidade do filho, que no caso da mulher proletária, é menos por causa da herança entregue num futuro, e mais pelo sustento imediato, em condições cada vez mais menos favoráveis.

A burguesia, no entanto, oculta as relações entre o parentesco e o fator econômico de dependência familiar. Esses dois elementos são dissociados, como medida profilática na defesa da instituição “família”, a célula econômica por onde se capilariza o controle ideológico da burguesia. A informação isolada do principal agressor ser o parceiro, ex-parceiro ou outro familiar, assim como as desigualdades de emprego e salário, não passam de constatações factuais, que servem à construção ideológica de que a causa da opressão à mulher seria cultural, traduzida nas bandeiras de: “*violência de gênero*”, “*mulher agredida por ser mulher*”, “*cultura do machismo*”, “*masculinidade tóxica*”, hasteadas a todo lustre pelas instituições do imperialismo, fartamente financiadas pelo capital financeiro, e pelo feminismo burguês. A “sagrada” família é a fonte da unidade pela dependência, e é a separação em decorrência dos conflitos gerados pela dependência. A burguesia preserva a família, porque ela oculta e minimiza os efeitos da exploração. Os desastres dessa unidade econômica precisam ser silenciados, pela contenção na divulgação dos fatos, ou pela distorção e deformação da realidade. A burguesia não mais se furtá a divulgar as estatísticas, tal é o estágio do desenvolvimento da opressão à mulher. Mas, o faz na condição em que o silêncio omissivo se mostra um instrumento esgotado na contenção social. A burguesia não mais transformará o quadro de violência em paz, mas dará o seu conteúdo à violência. Ao subtrair ideologicamente as relações de produção e de propriedade do problema de opressão à mulher, a burguesia converte a forma como se dá a opressão em conteúdo da opressão. A opressão em geral, e, principalmente, a violência em particular, assume a forma

de um conflito entre homens e mulheres, mas o conteúdo da opressão é de classe.

A sobreposição do homem à mulher não é própria desta ou daquela cultura. Ela é um padrão social mundial, que varia de grau, conforme o nível de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, o que indica que a opressão à mulher é parte da estrutura de funcionamento do capitalismo, assim como o foi em todas as demais sociedades divididas em classes. A opressão à mulher originou-se da propriedade privada dos meios de produção; da transição da família matriarcal de um modo de produção e apropriação coletivos, para a família patriarcal, de produção e apropriação privados. A ideologia burguesa distorce e deforma a relação de opressão, para negar seu fundamento estruturado na propriedade privada dos meios de produção, advogando, assim, em favor da preservação de seu poder, construído e sustentado na exploração e nas diferentes formas de opressão, incluindo a sobre a mulher. Lança aos quatro ventos o “empoderamento”, como solução ao problema da mulher, mas encobre que o “empoderar” não é uma medida de efeito universal. Caso perfeitamente com o ideário burguês da ascensão social, cuja roupagem democrática mascara o incentivo à exploração e opressão da mulher pela mulher. As políticas públicas protetivas, educativas e coercitivas transbordam ineficácia, mas são sustentadas discursivamente, na mesma medida em que se busca sustentar a ilusão no regime democrático, assegurando que as mulheres vejam e recorram tão somente ao Estado como o “poder público”, responsável e capacitado na preservação do bem-estar social. Nenhum governo burguês (seja ele qual for) será capaz de responder efetivamente à opressão sobre a mulher.

A burguesia defende a responsabilização individual do homem que agride, de modo a encobrir a responsabilidade coletiva da sociedade burguesa, que formou esse homem, cujas práticas deploráveis e animalescas refletem a decomposição do modo de produção capitalista, condição essa irreversível e irreformável. A burguesia não é capaz de proteger e fazer justiça à mulher violada, mutilada e jogada às traças da miséria e da fome. A defesa da mulher está na luta contra a burguesia. Está em se levantar hoje, por um salário-mínimo vital (que a mulher consiga pagar as contas e cuidar de seus filhos sem depender de ninguém); por reajuste salarial real (escala móvel de reajuste, de acordo com a inflação medida pelas organizações dos trabalhadores); pelo fim da desigualdade salarial (trabalho igual, salário igual). Está em se levantar por emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho – redução da jornada de forma a que todos tenham trabalho, sem redução salarial); pela defesa da maternidade: a) com a construção de creches e escolas a todas as crianças, b) com a licença maternidade definida pelas mulheres trabalhadoras. Está em se levantar para defender a legalização do aborto; defendendo saúde pública universal. Está em lutar para pôr abaixo a reforma trabalhista e da Previdência; lutar por moradia digna, segura, com eletricidade, água encanada e com esgoto instalado; lutar para que o Estado assuma a construção de restaurantes e lavanderias coletivos; lutar para que a mulher proletária e seus filhos possam ter lazer, possam praticar esporte, possam desenvolver todas as suas potencialidades, podadas, ao serem jogados nos bairros periféricos em ruínas.

A libertação da mulher não será dada pelo capitalismo, será iniciada se arrancada das entradas da burguesia, quando a classe operária, e o conjunto dos explorados, constituídos por mulheres e por homens, se levantarem para destruir o Estado burguês, e erguer seu poder próprio, a ditadura do proletariado. A luta contra a propriedade privada é a escola da futura igualdade entre homens e mulheres. A libertação da mulher será fruto da luta pelo socialismo, e sua luta é agora por reivindicações próprias e históricas que a fazem se chocar contra o Estado, seus governos e os capitalistas!